
ENTRE A LUTA ARMADA E A POESIA LIBERTÁRIA: O ENGAJAMENTO RADICAL DE CARLOS MARIGHELLA

Paulo Bungart Neto¹

Resumo: O artigo discute a atuação política e a obra poética de Carlos Marighella, demonstrando de que maneira as duas atividades configuram uma atitude, coerente e coesa, de oposição à ditadura militar e de denúncia da falta de liberdade e de inúmeros problemas sociais e econômicos da nação brasileira. Com o apoio de biógrafos, memorialistas e romancistas, procurarei deixar claro o modo como a poesia libertária de Marighella se adequa perfeitamente ao discurso do “comunista” e do “guerrilheiro” a ele associado ao longo de décadas de oposição política, *práxis* que o torna modelo de abnegação e amor à “causa”, pela qual morreu em combate.

Palavras-chave: Carlos Marighella (1911-1969); ditadura militar; literatura brasileira contemporânea; memórias.

Abstract: The article discusses the political action and the poetry of Carlos Marighella, showing in which way both activities formed a coherent attitude against the military dictatorship and denouncing the lack of freedom and several social and economic problems of Brazil. With the support of biographers, memorialists and novelists, I will try to show the way the libertarian poetry of Marighella is adapted to his “communist” and “guerrilla fighter” discourse, practice which turns him into a model of self-forgetfulness and dedication to a “cause” by which he died fighting.

Keywords: Carlos Marighella (1911-1969); military dictatorship; contemporaneous Brazilian literature; memoirs.

¹ Doutor. Professor do curso de Graduação e Pós-Graduação (Área: Literatura e Práticas Culturais) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), em Dourados-MS.

INTRODUÇÃO

“Quando nasci, um anjo torto
desses que vivem na sombra
disse: Vai, Carlos! ser *gauche* na vida.”

(Carlos Drummond de Andrade, “Poema de sete faces”, 2002, p. 21)

É bem conhecida a participação de Carlos Marighella, desde os tempos de Getúlio Vargas, em movimentos de resistência às ditaduras e aos regimes totalitários brasileiros, sobretudo no final da década de 1960, quando deixa o Partido Comunista Brasileiro (PCB) para fundar a Ação Libertadora Nacional (ALN), bem como, conforme se verá ao longo do artigo, o cerco, realizado pela equipe do sádico delegado Sérgio Paranhos Fleury, que resultou em sua morte, no dia 4 de novembro de 1969, na Alameda Casa Branca, em São Paulo. A cena do cerco e assassinato de Marighella pode ser encontrada em dezenas de obras: em biografias (como, por exemplo, no detalhado estudo que Mário Magalhães dedica à sua vida); em volumes de memórias ou textos autorreferenciais (de ex-guerrilheiros e resistentes como Fernando Gabeira, Carlos Eugênio Paz, Flávio Tavares e Frei Betto, dentre outros); e até mesmo em romances contemporâneos, como na obra *Dias de vinho e de chumbo* (2013, p. 174), do escritor mineiro Anchieta Rocha, ficção na qual a morte de Marighella se “entrelaça” à prisão da companheira Martha, personagem fictícia que protagoniza o romance.

O que pouca gente sabe é que, ao lado de sua intensa atuação política de oposição, Carlos Marighella desenvolveu, ao longo de boa parte de sua vida, uma significativa obra poética que, analisada com a devida distância temporal, demonstra uma coerência e engajamento invejáveis, confirmando que, em seu entender, qualquer tipo de totalitarismo deveria ser combatido através de dois instrumentos: as armas e os versos. Para se ter uma noção do quanto as duas atividades são paralelas e simultâneas, basta referirmos que a maioria dos poemas de Marighella foram publicados em vida, em meio à clandestinidade do autor, nos seguintes volumes: o primeiro, intitulado *Uma prova em versos (e outros versos)*, é de 1959 (Edições Contemporâneas, Rio de Janeiro), e o segundo, *Os lírios já não crescem em nossos campos*, de 1966 (em edição bancada pelo autor). Ambos foram reunidos em 1994, pela Editora Brasiliense, sob o título de *Rondó da liberdade: poemas* (edição aqui consultada).

Assim, conforme insinua no título, este artigo demonstrará de que maneira o “engajamento radical” de Carlos Marighella se deu não apenas através da luta armada, da qual foi um dos principais expoentes e líderes (produzindo inclusive obras teóricas tais como o *Manual do guerrilheiro urbano* e o volume *Por que resisti à prisão*), mas também daquilo que classifico como “poesia libertária”, ou seja, da escrita produzida com o firme propósito de alertar o leitor brasileiro para a exploração social, econômica e cultural de que somos vítimas desde a época da colonização. O *gauche* da epígrafe, retirado do poema de outro Carlos idealista, deve, portanto, no caso de Marighella, ser entendido apenas em um dos seus sentidos em língua francesa: o de “esquerda”, daquilo “que está à esquerda” (como na posição política adotada), e não no sentido de “desajeitado”, “desajustado”. Pelo contrário: sua visão política e coerência teórica demonstram que Marighella, mais do que ser “*gauche*

na vida”, esteve sempre mais próximo do “anjo torto” da nação brasileira, exterminado “na sombra” de uma “pacata” terça-feira paulistana.

Tendo atingido tal grau de maturidade, consciência política e coerência, é natural que Marighella tenha despertado, naqueles que com ele conviveram mais de perto, reflexões tais como essa de Carlos Eugênio Paz, companheiro de ALN, ao redigir, trinta anos depois, suas lembranças sobre o período: “São raros os homens que praticam o que pregam e agem de acordo com suas consciências. Não que sejam uma espécie em extinção, sempre foram raros, desde que os tempos existem, cada geração tem direito a alguns apenas” (PAZ, 1996, p. 103-104)².

Vejamos a seguir de que forma Carlos Marighella se tornou uma figura tão respeitada entre seus companheiros e tão odiada entre os militares, que torturaram freis dominicanos e os “obrigaram” a delatar o paradeiro daquele que era considerado, nos anos de 1968 e 1969, conforme destaca Mário Magalhães, o “inimigo público número um” do Brasil:

O auge da repercussão veio em 20 de novembro de 1968, quando o ministro da justiça discursou em São Paulo. No quartel-general do II Exército, Luís Antônio da Gama e Silva declarou Marighella ‘inimigo público número um’. O ministro afirmou que o ex-deputado, ‘indubitavelmente, é o chefe do grupo de terror que vem agindo em todo o país’ (MAGALHÃES, 2012, p. 412).

DA PROVA DE FÍSICA EM VERSOS A LÍDER DA ALN – A INUSITADA TRAJETÓRIA DE CARLOS MARIGHELLA

“Objetos pequeninos
da cela
caneta que escreve
coração que arranha
Abjetos sentimentos na cama
Manta que cobre
medo que desnuda.”

(Alex Polari, “Recordações do paraíso”, 1979, p. 11)

Carlos Marighella nasceu em Salvador-BA, no dia 5 de dezembro de 1911, tendo sido o filho primogênito do casal Augusto Marighella, ferreiro italiano chegado ao Brasil em 1907, e Maria Rita dos Santos, descendente de escravos africanos³. Teve uma infância simples, embora não tenha passado necessidades, pois seu pai era proprietário de pequeno empreendimento e dono de um carro americano da marca Buick, algo raro para a época (MAGALHÃES, 2012, p. 36-37).

2 Sobre a coerência do revolucionário, ver trecho da carta de Marighella solicitando demissão da Comissão Executiva do PCB em dezembro de 1966: “Escrevo-lhes para pedir demissão da atual Executiva. O contraste de nossas posições políticas e ideológicas é demasiado grande e existe entre nós uma situação insustentável. Na vida de um combatente, é preferível renunciar a um convívio real a ter de ficar em choque com a própria consciência” (*apud* MAGALHÃES, 2012, p. 335).

3 Segundo Mário Magalhães (2012, p. 33), Augusto chegara ao país, a bordo do paquete alemão *Santos*, no dia 4 de novembro de 1907, isto é, a exatos sessenta e dois anos antes da execução de seu filho.

Dois episódios, ocorridos um durante a infância e outro durante a juventude, prenunciam o quanto Carlos Marighella se tornaria um adulto irrequieto (física e intelectualmente) e inconformado com rotinas e regras. O primeiro, prosaico e aparentemente “tolo”, acabaria por se tornar uma mórbida “previsão” feita por uma vizinha de seus pais:

As portas das casas de Salvador viviam abertas, não havia por que fechá-las na [rua] Barão do Desterro. O problema é que o filho, mal saído dos cueiros, sumia para jogar futebol. A mãe temia que algo de ruim lhe sucedesse. Para não perdê-lo de vista, passou a amarrar um tornozelo do menino ao pé da mesa, com uma corda fina. Uma vizinha viu e exclamou: “Dona Rita, não faça isso! Criança que é presa assim acaba presa de verdade”. Maria Rita Marighella bambeou. Nunca mais amarrou o filho. Se um dia Carlinhos fosse preso, ela não se perdoaria (MAGALHÃES, 2012, p. 41).

O segundo episódio é ainda mais surpreendente, e confirma o precoce pendor e capacidade de Marighella de produzir versos criativos e originais nas mais inadequadas situações – o “rebelde” que um dia escreveria poemas nos inúmeros cárceres pelos quais passou, aos dezessete anos (agosto de 1929) teve a ousadia de responder, em dísticos rimados (acompanhados de figuras com pontos e retas), a uma questão sobre óptica numa prova de Física do Ginásio da Bahia, “façanha” que viria a se repetir dois anos depois, em junho de 1931, agora já como acadêmico de Engenharia da Escola Politécnica, em uma prova de Química sobre as propriedades do Hidrogênio. Leiamos trechos dos dois inusitados poemas:

Doutor, a sério falo, me permita, / Em versos rabiscar a prova escrita. // Espelho é a superfície que produz, / Quando polida, a reflexão da luz. // Há nos espelhos a considerar / Dois casos, quando a imagem se formar. // Caso primeiro: um ponto é que se tem; / Ao segundo um objeto é que convém (MARIGHELLA, 1994, p. 3).

De leveza no peso são capazes / Diversos elementos, vários gases. // O hidrogênio, porém, é um gás que deve / Ter destaque, por ser o gás mais leve. // Combina-se com vários metaloides, / Com todos, aliás, e os sais haloides // Provêm de ácidos por aquele gás / Formados reunindo-se aos metais (MARIGHELLA, 1994, p. 8)⁴.

Não demoraria a ocorrer a primeira prisão, por dois dias, justamente enquanto acadêmico da Politécnica, no dia 22 de agosto de 1932. O episódio se resumiu ao seguinte: estudantes do Ginásio da Bahia entraram em greve reivindicando o adiamento dos exames finais e se juntaram a acadêmicos da Politécnica e da Faculdade de Medicina em apoio aos Constitucionalistas de São Paulo, em “guerra” contra o governo de Getúlio Vargas desde 9 de julho daquele ano. Juracy Magalhães, interventor, na Bahia, nomeado pelo próprio

4 Quanto ao resultado da avaliação, esclarece MAGALHÃES: “Naquele ano, o aluno receberia a média de 8,2 em física. Não ficou registro da avaliação da prova em versos. Embevecidos, os colegas de Marighella publicaram o exame no jornal de estudantes *O Cenáculo* e pregaram uma cópia no mural. Pouco lhes importou que não fosse nota 10. Nenhuma prova merecera tamanha aclamação no Ginásio da Bahia” (2012, p. 53).

presidente da República, ordena à polícia que reaja com truculência, efetuando disparos e prisões que totalizaram a desproporcional soma de 514 estudantes presos, dentre os quais Carlos Marighella. Em face dos diversos anos de reclusão que este ainda enfrentaria ao longo de sua vida, dois dias preso pode não significar muito. Porém, três fatores chamam a atenção nesse episódio, prenúncio de tudo que viria em seguida - representa, primeiramente, o início do fim do sonho de Marighella de se tornar engenheiro⁵; em segundo lugar, a atenção que chamou sobre si ao redigir e ler no cárcere um poema parodiando a figura do Interventor Juracy, partidário do Integralismo, o “fascismo” brasileiro; e, por fim, o mais essencial: simboliza uma prévia da oposição que o poeta faria ao governo Getúlio entre os anos de 1935 (golpe comunista frustrado) e 1945 (fim da 2ª Guerra Mundial e do Estado Novo), período em que Marighella esteve quase o tempo todo preso⁶.

A “homenagem” a Juracy Magalhães é uma paródia do poema “Vozes da África”, de Castro Alves, um dos poetas preferidos de Marighella, a quem dedica um poema em *Rondó da liberdade*. Para o “bardo guerrilheiro”, Castro Alves “(...) hoje seria um chicote vibrando / chicotadas mortais no focinho do fascismo” (MARIGHELLA, 1994, p. 88), justamente o fascismo que o jovem, preso pela primeira vez (cumprindo a “profecia” da vizinha...), quisera combater em “Vozes da mocidade acadêmica”, versos feitos no “calor da hora”, que denunciavam a covardia da atitude do Interventor e parodiavam o grande poeta do século XIX: “Juraci! onde estás que não respondes!? / Em que escuso recanto tu te escondes, / Quando zombam de ti? / Há duas noites te mandei meu brado, / Que embalde desde então corre alarmado... / Onde estás, Juraci?” (MARIGHELLA, 1994, p. 13).

Sua poesia, de forte apelo social, amadurece nos anos de cadeia e passa a abordar outros temas, tais como o samba, a capoeira e a bela paisagem de Fernando de Noronha, onde foi cativo por dois anos: “Fernando de Noronha. Arquipélago. Ilha. / Plantada no mar / como um pedaço de carvão boiando nas águas do Atlântico. / O Pico se elevando como o Pão de Açúcar, / o Espinhaço do Cavalo, / o Morro dos Remédios com o Forte no alto, / e na Praça dos Remédios a igreja caiada” (MARIGHELLA, 1994, p. 55).

Apesar de dar destaque às belezas naturais da ilha, Marighella fecha o poema invocando os inúmeros prisioneiros ali “sacrificados” ao longo de décadas, demonstrando o quanto sua poesia soube aliar o lirismo à preocupação social e política: “As estórias de fugas, fugitivos tragados por vorazes tubarões... // E os prisioneiros seminus, / sob o sol abrasante, / carregando o munição / vergados ao peso de caixas enormes” (MARIGHELLA, 1994, p. 56). Evocar a rotina do presídio e a história de resistência dos prisioneiros, ao invés de focar seu drama pessoal, mostra o quanto Marighella, mesmo involuntariamente, esteve harmonizado à memória “do grupo” e à história coletiva, na esteira do que propôs o sociólogo francês Maurice Halbwachs, na coletânea de ensaios reunidos em 1950 sob o título de *A memória coletiva* (2006).

5 Em maio de 1934, Carlos Marighella é suspenso do curso por ter espalhado panfletos antifascistas no *campus*. Ainda em 1934, ingressa no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e abandona o curso de Engenharia, chegando a nem se matricular em 1935, ano em que já integrava o Comitê Regional do PCB baiano, embora não tenha participado do “levante” comunista de novembro.

6 Segundo Magalhães (2012), Marighella ficou preso, no Rio de Janeiro, de 1º de maio de 1936 a 27 de julho de 1937; e em Fernando de Noronha e na Ilha Grande (RJ), entre 1º de maio de 1940 e 17 de abril de 1945, após ter sido detido, em São Paulo, no final de maio de 1939 e condenado, em março de 1940, a cinco anos de reclusão (2012, p. 117).

Mesmo tendo crescido em Carlos Marighella, ao longo desses dez anos, a vocação poética e a convicção de sua missão como “comunista”, a ponto de ter redigido, na Colônia dos Dois Rios, na Ilha Grande, poemas em homenagem a Luís Carlos Prestes⁷, e de ter sido eleito deputado pelo PCB em novembro de 1945 (exerceria o cargo, “raro” se considerado o pouquíssimo tempo de legalidade que o Partido usufruiu, entre fevereiro de 1946 e dezembro de 1947), o “saldo” desses anos de reclusão durante o governo de Getúlio Vargas é extremamente negativo, sobretudo em decorrência das inúmeras sessões de tortura e espancamento. Como se verá, o trauma adquirido nesse período é tão profundo a ponto de fazer Marighella prometer, a si mesmo, durante os anos de deflagração da luta armada no Brasil (1967 a 1969), que jamais “aceitaria” ser preso novamente, motivo pelo qual andava sempre com uma cápsula de cianureto no bolso, preferindo o suicídio a cair nas mãos do exército, da polícia ou do Esquadrão da Morte.

Embora as técnicas de tortura (e, conseqüentemente, os requintes de crueldade) tenham sido levadas a extremo sobretudo no final dos anos 1960 e início de 1970, há que se ressaltar o quanto Marighella sofrera nas mãos da polícia de Getúlio Vargas, sob liderança de Filinto Müller: sessões recorrentes de espancamento, pontas de cigarro apagadas no corpo, alfinetes sob as unhas (até lacerar a carne) e apertões e pisões nos testículos foram alguns dos “métodos” utilizados para dele arrancarem confissões e delações. Só obtiveram o silêncio de quem tudo suportou espartanamente e de quem se preparara psicológica e fisicamente para a “luta”, pois Marighella não fumava, não bebia e fazia exercícios físicos constantemente. Após o golpe de abril de 1964, antes de ser preso (isso viria a ocorrer um mês depois, em 9 de maio), confessara ao irmão caçula Caetano: “Se quiserem me prender outra vez, eu não deixo. Resisto, dou tiros e até morro. O que não quero é voltar a ser torturado” (*apud* MAGALHÃES, 2012, p. 19).

Fiel a seus princípios e coerente com seu discurso, resistir foi exatamente o que Marighella fez ao ser cercado em um cinema, no Rio de Janeiro, em maio de 1964, por mais de cinco agentes da polícia. Não se entrega e leva um tiro à queima-roupa. De acordo com Magalhães, “O tiro foi um, mas o sangue escorre por três perfurações. A bala entrou no tórax, saiu pela axila e se alojou no braço esquerdo. Marighella continua a lutar. Como um leão, compara um dos contentores que tentam imobilizá-lo” (2012, p. 21). Sem provas contra suas atividades “subversivas”, é solto três meses depois, em 31 de julho de 1964. A partir de então, Marighella entra definitivamente na clandestinidade. Adepto cada vez mais da ideia da luta armada e, devido ao “contraste” de “posições políticas e ideológicas”, rompe com o PCB em dezembro de 1966 (ver nota 2 deste artigo) e, no ano seguinte, embarca para Cuba a fim de participar de treinamentos militares e do congresso da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), em agosto de 1967.

7 Ver, em *Rondó da liberdade*, “Luís Carlos Prestes” (1994, p. 24), de 1944, e o soneto “A Prestes” (1994, p. 25), redigido em 3 de janeiro de 1945, dia do aniversário em maio de 1934, Carlos Marighella é suspenso do curso por ter espalhado panfletos antifascistas no *campus*. Ainda em 1934, ingressa no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e abandona o curso de Engenharia, chegando a nem se matricular em 1935, ano em que já integrava o Comitê Regional do PCB baiano, embora não tenha participado do “levante” comunista de novembro.

Segundo Magalhães (2012), Marighella ficou preso, no Rio de Janeiro, de 1º de maio de 1936 a 27 de julho de 1937; e em Fernando de Noronha e na Ilha Grande (RJ), entre 1º de maio de 1940 e 17 de abril de 1945, após ter sido detido, em São Paulo, no final de maio de 1939 e condenado, em março de 1940, a cinco anos de reclusão (2012, p. 117).

Ver, em *Rondó da liberdade*, “Luís Carlos Prestes” (1994, p. 24), de 1944, versário do “Cavaleiro da Esperança”.

Antes de embarcar para a “Ilha”, Marighella publica, ainda em 1966, duas obras: o volume *Por que resisti à prisão*, sobre sua captura no cinema, e a coletânea de poemas *Os lírios já não crescem em nossos campos*, numa óbvia referência ao conhecido romance de Erico Veríssimo, *Olhai os lírios do campo*⁸. À distância e mantendo contato com companheiros no Brasil, Marighella funda a Ação Libertadora Nacional (ALN), um dos primeiros grupos a deflagrar a luta armada no país, composto sobretudo por dissidentes do PCB, partido que se manifestava contrário à resistência através das armas e que, devido a esse “racha” ideológico, possibilita o surgimento de diversos pequenos grupos partidários da luta armada (aproximadamente trinta).

Após o decreto do AI-5 em 13 de dezembro de 1968, os dois lados radicalizam suas “posições”: os militares fecham partidos e exoneram políticos e professores universitários, decretam a censura a quaisquer atividades intelectuais (teatro, música, literatura, jornalismo etc) e efetuam prisões aleatoriamente; os resistentes organizam-se em grupos armados, sendo os principais a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), responsável pelos sequestros dos embaixadores alemão e suíço, sob liderança de Carlos Lamarca; o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8); e a própria ALN.

Marighella e Lamarca possuíam muitas divergências e até discordâncias pessoais⁹, mas em um ponto os dois concordavam – a base (logística, operacional e de treinamento físico e estratégico) da guerrilha armada deveria se estabelecer no campo, e não nos centros urbanos, onde se chamava muito a atenção dos militares, que os jogavam contra a opinião pública e a sociedade aos rotulá-los como “terroristas” e “perigosos guerrilheiros comunistas”. No campo haveria condições de, pouco a pouco, esclarecer camponeses e pequenos agricultores a respeito dos motivos de suas lutas e reivindicações, a fim de, angariando adeptos ou no mínimo simpatizantes, expandir a estrutura e a força (bélica e humana) dos grupos resistentes para, daí sim, levar a “Revolução” às cidades.

Em *O que é isso, companheiro?*, Gabeira também defende esta “bandeira”. No entanto, tocando na “ferida”, expõe o que de fato ocorria, a partir de reflexões sobre o período, verbalizadas 10 anos depois:

Para lançar a coluna guerrilheira, não importava onde, era necessário dinheiro, material, inversões de grande peso. Não havia dinheiro e muito menos conhecimento do interior do Brasil. A esquerda era, na época, e possivelmente ainda o seja hoje, quase que exclusivamente urbana, enraizada no movimento estudantil e entre os intelectuais (GABEIRA, 1982, p. 59).

8 Impresso pelo cunhado Armando Teixeira, a publicação do volume de poesia em plena ditadura militar, segundo Jacob Gorender, “(...) nas condições de clandestinidade, já era um façanha” (*apud* MAGALHÃES, 2012, p. 333).

9 Sobre isso, conferir a biografia *Lamarca, o capitão da guerrilha* (1984; 1ª edição: 1980), de Emiliano José e Oldack Miranda, no qual se lê que, em setembro de 1968, tendo Marighella já retornado ao país, reúne-se com Lamarca para tratar da luta armada e da estruturação dos grupos de resistência. Este opta pela VPR, e não pela ALN, por divergências com o revolucionário baiano: “(...) [Lamarca] entra em contato com a VPR. Tinha pressa, tanto que ainda em setembro avistou-se com Carlos Marighella, ex-dirigente e integrante do Comitê Central do PCB, agora principal comandante da ALN” (1984, p. 42). Em carta à primeira esposa [Maria Pavan, já, àquela altura, em Cuba], reproduzida na biografia, Lamarca deixa bem claras as desavenças com Marighella: “Ainda não recebi notícias. A Organização a que pertenço, (...) não tem canal de comunicação com a Ilha, só quem tem é o Marighella. Aí [Cuba] pensam que ele é o líder e o comandante da Revolução no Brasil. É engano,

A conscientização popular das “massas” e dos camponeses, sonhada por Marighella, Lamarca e Gabeira, não se concretizou – além de as poucas tentativas de implantação da guerrilha rural terem resultado em verdadeiros “massacres” da parte dos militares (haja vista a malsucedida “guerrilha do Araguaia”, o treinamento frustrado no Vale do Ribeira, e a verdadeira “caçada” a Lamarca no sertão da Bahia, onde foi morto em 17 de setembro de 1971) – ações urbanas ousadas, na visão de Marighella, despertariam reações exacerbadas do regime militar, o que de fato ocorreu. A “concessão” que Marighella fazia era o assalto a bancos, praticamente o único expediente que dispunham para financiar a compra de armas para a “Organização” (“assalto”, não; na opinião dos guerrilheiros, “ação expropriatória para levantamento de fundos”; *apud* MAGALHÃES, 2012, p. 364).

Um episódio, narrado nas *Memórias do esquecimento* (1999), do jornalista Flávio Tavares, demonstra certa contradição (de Marighella e da ALN de modo geral) em relação ao quesito “ações urbanas ousadas”: Tavares, pertencente, à época, ao Movimento de Ação Revolucionária (MAR), reuniu-se com Marighella para negociar uma trégua de três semanas nos assaltos a banco, para que seu grupo realizasse uma ação extremamente audaciosa (e bem-sucedida!) – libertar presos políticos (ex-marinheiros que haviam fundado a Organização) da Penitenciária Lemos de Brito, no Rio de Janeiro, pela “porta da frente”, durante determinado período em que a segurança era quase nula. Marighella desdenhou o plano do grupo, liderado por Leonel Brizola, embora tenha cumprido a trégua:

Em abril [de 1969], (...) eu me reuni com Carlos Marighella, numa cobertura nas Laranjeiras (o luxuoso apartamento de Jorge Miranda Jordão, acima de qualquer suspeita) e lhe pedi uma trégua de “pelo menos” três semanas nos assaltos a banco no Rio, para que pudéssemos atacar a penitenciária. (...) Marighella ouviu em silêncio. Qualificou o plano de “meio infantil”, mas concordou com o pedido e perguntou por onde sairiam os presos. (...) – Pela porta da frente, a única sem vigilância – respondi, e Marighella suspirou, sorrindo: (...) – Mais do que infantil, isso parece maluquice – completou. No entanto, reiterou concordar com a trégua e cumpriu. (...) Tudo dera certo (TAVARES, 1999, p. 59-60).

De nada adiantou a postura cautelosa de Marighella, que também não concordava com a ideia de sequestrarem embaixadores como moeda de troca de presos políticos. Por esse motivo, quando o MR-8 e a DI-GB¹⁰ planejaram o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, um outro líder da ALN foi chamado a se integrar e comandar a operação - Joaquim Câmara Ferreira, o “Toledo” ou “Velho”, companheiro de Marighella desde os tempos do PCB na era Vargas. Marighella, no dizer de Magalhães, foi “o último a saber” (2012, p. 486-487), tendo ouvido, pelo rádio, a leitura do manifesto e das exigências dos sequestradores (texto no qual identificou semelhanças – de estilo e de ideias – com seus próprios escritos teóricos sobre revolução) e se surpreendido quando escutou, ao final, a “assinatura” da autoria do sequestro: a ALN...

primeiro porque não tem qualidades para isso, é egoísta, personalista e desleal, e segundo porque a Organização dele (...) é mal estruturada; muitos militantes dele estão passando para a nossa Organização” (*apud* JOSÉ & MIRANDA, 1984, p. 46).
10 DI-GB – “Dissidência Comunista da Guanabara”.

Apesar de não ter contado com o aval do líder do grupo, o sequestro, do ponto de vista estratégico (“marcar um ponto” na “guerra” contra a repressão) e de realização dos objetivos (divulgação do manifesto e libertação de quinze presos políticos, dentre os quais Vladimir Palmeira, José Dirceu e Flávio Tavares) foi um sucesso e chamou a atenção da opinião pública, sobretudo por ter se dado na semana da Independência do Brasil (a partir de 4/9/69). Frei Betto resume o entusiasmo dos freis dominicanos, simpatizantes do grupo de Marighella, ao ouvir a notícia:

O fato inusitado, (...), às vésperas do 7 de Setembro, fora como o vento que reacende o fogo sufocado sob o monturo, trazendo à tona sentimentos antiamericanos represados entre as camadas inferiores do inconsciente de um povo. (...) O embaixador era refém do anseio brasileiro de viver numa nação soberana, livre e independente (1982, p. 88).

Os propósitos da missão haviam sido cumpridos, sucesso que despertara ainda mais a ira dos militares e dos Órgãos de Segurança contra os guerrilheiros, justificando, aos olhos daqueles, uma implacável perseguição, nas ruas e casas do Rio, nos dias seguintes ao fim do sequestro (que, por ter sido o primeiro, teve, obviamente, diversas falhas de execução, como mais tarde admitiria Gabeira em *O que é isso, companheiro?*). O temor de Marighella se concretiza: os grupos de esquerda conseguem realmente provocar uma reação furiosa da parte dos militares, que passam a literalmente caçá-los (vivos ou mortos) e torturá-los à medida que as prisões iam se sucedendo. Para Frei Betto,

O sequestro do embaixador norte-americano foi o início do fim. Assinado pela ALN e o MR-8, marcou o ápice da curva ascendente da guerrilha urbana. Com carta branca das autoridades públicas para invadir domicílios, prender, torturar, matar, os homens da repressão passaram à ofensiva tão logo Charles Elbrick apareceu numa rua da Zona Norte carioca (1982, p. 91).

Mais do que o “início do fim”, o sequestro teve como consequência, na opinião de “sobreviventes” como Gabeira, a caçada, cerco e morte, apenas dois meses depois do rapto, do próprio Marighella (e, depois dele, de Câmara Ferreira, Lamarca, Stuart Angel e diversos outros guerrilheiros envolvidos com sequestro). Afirma Gabeira:

A morte de Marighella foi a resposta espetacular que o governo deu ao sequestro do Embaixador americano. Mas não foi a única. Inúmeras prisões tinham sido feitas, inúmeros apartamentos localizados, centenas de ligações foram estabelecidas e um colossal volume de informações novas ia caindo na mesa dos analistas, especializados no combate aos grupos armados (GABEIRA, 1982, p. 178).

A extensão do artigo e a pertinência do assunto me impedem de discuti-lo pormenorizadamente, porém, como afirmo na Introdução, há uma vasta bibliografia sobre a morte de Carlos Marighella (sobretudo os depoimentos de Frei Betto e de Carlos Eugênio Paz, e

a biografia de Mário Magalhães), descrevendo desde o monitoramento das atividades (de apoio logístico à ALN) de freis dominicanos como Betto, Tito, Ivo e Fernando (os dois últimos, utilizados como “isca” para a “captura” do guerrilheiro, após terem sido barbaramente torturados e delatado o encontro); até o cerco e execução de Carlos Marighella, na Alameda Casa Branca, pela equipe do delegado Fleury; e a “armação” levada à cabo pela polícia a fim de simular que Marighella, supostamente armado, teria reagido à prisão, daí a necessidade de executá-lo.

Como sempre fazia, para espanto dos investigadores, o líder da ALN comparecera desarmado ao encontro com os freis: sua única “arma”, naquele instante, era a cápsula de cianureto, que tentou, em vão, alcançar em uma pasta, tentativa, malograda por vários tiros fatais, de ser fiel ao que prometera ao irmão Caetano, de jamais ser preso e torturado novamente (MAGALHÃES, 2012, p. 552). Assim tombava o guerrilheiro que “não teve tempo de ter medo”, como confirma a lápide inscrita dez anos depois, em seu túmulo definitivo:

Em dezembro de 1979, ainda sob as nuvens da ditadura, os restos mortais de Marighella foram transferidos para Salvador. (...) O arquiteto Oscar Niemeyer desenhou-o na lápide com um braço erguido, cinco balas no peito e a inscrição “Não tive tempo para ter medo” (MAGALHÃES, 2012, p. 570).

Antes de fazer definitivamente em seu estado natal, logo após sua morte, de acordo com o companheiro Carlos Eugênio Paz, Marighella foi enterrado como uma espécie de “indigente” (“desaparecido”?) em um cemitério “qualquer” de São Paulo:

Fuzilaram Fabiano [codinome de Marighella] em plena rua, na noite de um dia sombrio, que caiu sobre nossas cabeças como um manto fétido e frio, tecido em flores que não havíamos cantado e que nem poderiam cobrir seu corpo, enterrado em vala comum de um cemitério da periferia da capital mais rica da América do Sul (PAZ, 1996, p. 58).

Como se vê, a morte de Marighella repercutiu fundo entre seus companheiros e simpatizantes, que, refeitos do “choque”, passaram a rever erros e acertos, e tentar reestruturar as formas de resistência. Em Frei Betto, a notícia da morte e a preocupação com as torturas que, deduzira, seus confrades estariam sofrendo, deixaram-no consternado e em pânico, “(...) pasmo, mudo, asfíxiado, como quem leva um soco na boca do estômago. Tive vontade de chorar, mas meus olhos, tristes, estavam secos” (1982, p. 118). A mesma “secura”, “mudez” e “pasma” que ainda tomaria conta de boa parte da sociedade ao longo dos “anos de chumbo” seguintes, à deriva com a ação ditatorial e repressora dos governos de Médici e Geisel.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – A POESIA LIBERTÁRIA DE CARLOS MARIGHELLA, AQUELE “QUE NÃO TEVE TEMPO DE TER MEDO”

“Nosso pequeno exército guerrilheiro é composto de voluntários, vivemos para lutar, a morte é um detalhe de percurso.”
(Carlos Eugênio Paz, *Nas trilhas da ALN*, 1997, p. 147)

Carlos Marighella não foi o único guerrilheiro brasileiro a escrever versos. No final dos anos 1970, Alex Polari, nascido em 1951, companheiro de Lamarca e Stuart Angel na VPR, publica, com o apoio do Comitê Brasileiro pela Anistia, dois catárticos volumes de poesia: *Inventário de cicatrizes* (1979) e *Camarim de prisioneiro* (1980). Os versos são fortes, de denúncia das torturas sofridas, das péssimas condições da cadeia, da morte de Stuart Angel etc, produzidos ao longo de dez anos de confinamento.

O mérito de Polari, exemplo vivo de sobrevivência e superação, é enorme. Tendo agido como catalizadora dos sofrimentos e traumas de sua geração, a poesia de Polari ressalta ainda mais o caráter pioneiro da poética de Marighella, pois, quando aquele consegue publicar seus versos (1979), Marighella já está morto há dez anos, e, na era Vargas, Polari nem havia nascido e o guerrilheiro baiano já “poetava” há mais de uma década, sobre os temas mais inusitados: espelhos ópticos, hidrogênio, capoeira, a natureza de Fernando de Noronha e a ação ditatorial do interventor do estado, dentre outros.

Versos como “por maior risco em que essa audácia importe” (“Liberdade”, 1994, p. 21) e “É preciso não ter medo, / é preciso ter a coragem de dizer” (“Rondó da liberdade”, 1994, p. 96) denotam uma coerência (teórica e prática) e um engajamento peculiares, do guerrilheiro que não se limitou à guerrilha, do inconformado que elegeu a poesia para manifestar abertamente sua crença na transformação social e, contradições à parte (devido ao fato de ter pegado em armas), no amor como combustível para a liberdade física e espiritual: “Eu canto o amor por exaltar a vida, / a liberdade, a humanidade e o belo” (MARIGHELLA, “Balada do amor”, 1994, p. 67).

Afinal, “os lírios já não crescem em nossos campos”, mas ainda é possível resistir através de outras “flores”, que brotam de outros campos (guerrilha rural) e outros “asfaltos” (ações urbanas, sequestros etc). Ainda foi possível, através da atuação, dentre outros, de Carlos Marighella, “aquele que não teve tempo de ter medo”, “(...) abrir uma clareira no bosque” (“Canção dos lírios”, 1994, p. 85), uma “clareira” que, décadas depois, resultou na abertura democrática e no movimento das “Diretas Já”, clareira aberta por visionários e abnegados como Marighella, Paz, Lamarca, Frei Betto, Stuart Angel e demais heróis, anônimos ou não, que tomaram para si o peso e a responsabilidade de lutar contra todos os totalitarismos e a favor da liberdade de expressão.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carlos Drummond de. Poema de sete faces. In: *Antologia poética*. 51 ed. Rio de Janeiro-RJ: Editora Record, 2002, p. 21-22..
- FREI BETTO. *Batismo de sangue*. São Paulo-SP: Círculo do Livro, 1982.
- GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?*. 32 ed. Rio de Janeiro-RJ: Nova Fronteira, 1982.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo-SP: Centauro, 2006.
- JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. *Lamarca: o capitão da guerrilha*. 8 ed. São Paulo-SP: Global Editora, 1984.
- MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 2012.
- MARIGHELLA, Carlos. *Manual do guerrilheiro urbano e outros textos*. 2 ed. Lisboa: Assírio & Alvim, 1974.
- MARIGHELLA, Carlos. *Por que resisti à prisão*. São Paulo-SP: Editora Brasiliense, 1994.
- MARIGHELLA, Carlos. *Rondó da liberdade: poemas*. São Paulo-SP: Editora Brasiliense, 1994.
- PAZ, Carlos Eugênio. *Nas trilhas da ALN: memórias romanceadas*. Rio de Janeiro-RJ: Bertrand Brasil, 1997.
- PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à luta armada: memórias romanceadas*. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira, 1996.
- POLARI, Alex. *Camarim de prisioneiro*. São Paulo-SP: Global Editora, 1980.
- POLARI, Alex. Recordações do paraíso. In: *Inventário de cicatrizes*. 4 ed. São Paulo-SP: Global Editora, 1979.
- ROCHA, Anchieta. *Dias de vinho e de chumbo*. Rio de Janeiro-RJ: Editora Jaguatirica Digital, 2013.
- TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. 4 ed. São Paulo-SP: Globo, 1999.